



grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos (2004, p.3).

Em outra visão: a história na visão concebida pelo colonizador, isto é, na visão do ouvintismo, onde a História cultural é uma nova narrativa da história de surdos, dando lugar à cultura e não mais à história escrita sob as visões do colonizador.

A História Cultural reflete os movimentos mundiais de surdos, onde há uma tendência a contar a história pela história das instituições escolares e das metodologias ouvintistas de ensino, versus narrativas, relatos, depoimentos, fatos vivenciados e observações de pessoas surdas, misturando-se em um emaranhado de acontecimentos e ações, levadas a cabo por associações, federações, escolas e movimentos de surdos, que são desconhecidas pela grande maioria das pessoas.

Este livro se constitui em duas partes – “Breve História dos Surdos no Mundo” com 172 páginas e “Breve História dos Surdos em Portugal” com 36 páginas – portanto, nos leva desde o antigo Egito, passando pela Revolução Francesa até os direitos humanos nos dias de hoje, cobrindo a evolução dos métodos de ensino de surdos, passando pelas origens de seu movimento associativo, a história e a origem de diversas línguas gestuais. Apresenta também muitos outros estudos, pesquisas e, principalmente, investigações em curso. Traz ainda Pessoas Surdas que, através de sua relevância e papel fundamental na história, nos fala da história de seus líderes, de comunidades e, por fim, de artistas e cientistas surdos que tiveram enorme importância na construção desses eventos.

Ao longo do tempo, os surdos travaram grandes batalhas pela afirmação da sua identidade, da comunidade surda, da sua língua e da sua cultura, até alcançarem o reconhecimento que têm hoje na Era Moderna.

No Egito, os surdos eram adorados como se fossem deuses, serviam de mediadores entre os deuses e os faraós, sendo temidos e respeitados pela população. Na época do povo hebreu, na Lei Hebraica, aparecem pela primeira vez referências aos surdos.

Na Antiguidade os chineses lançavam-nos ao mar. Os gauleses sacrificavam-nos aos seus deuses. Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos. Na Grécia, os surdos eram considerados seres incompetentes.

Aristóteles ensinava que os que nasciam surdos, por não possuírem linguagem, não eram capazes de raciocinar. Essa crença, comum na época, fazia com que, na Grécia, os surdos não recebessem educação secular, não tivessem direitos, fossem marginalizados (juntamente com os deficientes mentais e os doentes) e que muitas vezes fossem condenados à morte.

No entanto, em 360 a.C., Sócrates declarou que era aceitável que os surdos se comunicassem com as mãos e o corpo. Os romanos, influenciados pelo povo grego, tinham ideias semelhantes acerca dos surdos, vendo-os como imperfeitos, sem direito a pertencer à sociedade, de acordo com Lucrécio e Plínio. Era comum lançarem as crianças surdas (especialmente as pobres) ao rio Tibre, para serem cuidados pelas ninfas. O imperador Justiniano, em 529 a.C., criou uma lei que impossibilitava aos surdos celebrar contratos, elaborar testamentos e até possuir propriedades ou reclamar heranças (com exceção dos surdos que falavam).

Em Constantinopla, as regras para os surdos eram basicamente as mesmas. No entanto, lá os surdos realizavam algumas tarefas, tais como o serviço de corte, como pajens das mulheres, ou como bobos, de entretenimento do sultão.

Mais tarde, Santo Agostinho defendia a ideia de que os pais de filhos surdos estavam a pagar por algum pecado que haviam cometido. Acreditava que os surdos podiam comunicar por meio de gestos, que, em equivalência à fala, fossem aceitos quanto à salvação da alma.

Os cristãos, até a Idade Média, criam que os surdos, diferentemente dos ouvintes, não possuíam uma alma imortal, uma vez que eram incapazes de discernir e proferir os sacramentos inúteis dos saudáveis.

John Beverley, em 700 d.C., ensinou um surdo a falar pela primeira vez (em que há registro). Por essa razão, foi considerado por muitos como o primeiro educador de surdos.

Mas é só no fim da Idade Média e início do Renascimento que saímos da perspectiva religiosa para a perspectiva da razão, em que a deficiência passa a ser analisada sob a óptica médica e científica.

Ponce de Leon, monge católico da Ordem dos Beneditinos, inicia, mundialmente, a história dos surdos tal como a conhecemos hoje em dia. Além de fundar uma escola para surdos em Madrid, dedicou grande parte da sua vida a ensinar os filhos surdos, de pessoas nobres, nobres esses que, de bom grado, lhe encarregavam os filhos para que pudessem ter privilégios perante a lei (a preocupação geral em educar os surdos, na época, era tão somente econômica).

Ponce de Leon desenvolveu um alfabeto manual, que ajudava os surdos a soletrar as palavras (há quem defenda a ideia de que esse alfabeto manual foi baseado nos gestos criados por monges, que se comunicavam entre si desta maneira pelo fato de terem feito voto de silêncio).

Nesta época, era costume que as crianças, que recebiam este tipo de educação e tratamento, fossem filhas de pessoas que tinham boa situação econômica. As demais

eram colocadas em asilos com pessoas das mais diversas origens e problemas, pois não se acreditava que pudessem se desenvolver em função da sua “anormalidade”.

Concluindo, este livro é de enorme importância para alunos, professores e comunidade surda e muito vai servir ao futuro de um ensino que coloque em prática, nada mais nada menos, a própria história dos surdos.

O autor salienta que, para se reconstruir um lugar na história, é preciso desvelar desaprender e, principalmente, atribuir significados e, em circunstâncias familiares, nos revela a periculosidade do saber.

Assim, somos sujeitos marcados pela falta e, devido a isto, o saber é desejado, a necessidade do aprender. Assim um sujeito só se realiza em toda sua potencialidade se aprender.

Segundo alguns autores, como Carlos Sckliar e Duschatzky, na medida em que se define o outro, ou aquilo que se desvia de uma suposta normalidade, necessariamente define-se esta normalidade. Porque o outro é aquilo que nós não somos, ou que, de alguma forma, não queremos ser. Desse modo, torna-se ainda mais premente a definição, a fim de expulsar de nós mesmos aquilo que não desejamos que se apresente como

uma “marca” nossa, a do conhecimento. Precisamos do outro, mesmo que assumindo certo risco, pois de outra forma não teríamos como justificar o que somos, nossas leis, as instituições, as regras, a ética, a moral e a estética de nossos discursos e nossas práticas.

Precisamos do outro para, em síntese, poder nomear a barbárie, a heresia, a mendicância etc, e para não sermos, nós mesmos, bárbaros, hereges, mendigos. Dessa forma, nos termos colocados pela normalidade (totalidades fixas, homogêneas, centradas, estáveis) e também na sua necessidade de definir, medir, quantificar, a questão da alteridade não poderia deixar de se apresentar a partir de uma lógica binária: eu/outro, normal/anormal, dentro/fora.

Ocorre que, dentro desta lógica, até mesmo pela disposição dos termos, as oposições binárias sempre sugerem a existência de um privilégio e uma superioridade em relação ao primeiro termo, sendo o segundo sua inversão negativa.

Nesse sentido, este livro, por sua originalidade e valor, é altamente recomendado a toda comunidade acadêmica, que deseja conhecer e divulgar a história dos surdos e sua construção.